

A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE SAUDADES - SC : SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS.

Aline Wickert¹

Janes Terezinha Cerezer Köhnlein²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os desafios encontrados na escola para a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular. Visa também mostrar a importância do segundo professor dentro da sala de aula e o quão importante é que os mesmos tivessem a qualificação necessária para atuar nessa área. Tendo em vista a grande necessidade de auxílio que crianças com deficiência necessitam no seu dia-a-dia, é de suma importância o acompanhamento, além do professor regente, do segundo professor, que atua como um estimulador do conhecimento e desenvolvimento físico e mental para o educando. O artigo resgata alguns fatos históricos e leis que comprovam que é de direito o acompanhamento sempre que diagnosticado qualquer tipo de deficiência do educando. Traz a tona as dificuldades e opiniões de pessoas, professores e diretora que atuam diariamente com crianças especiais, tendo como principal obstáculo encontrado a falta de preparo e especialização por falta dos professores e agentes educativos que são incumbidos de tal tarefa, sendo também, que os que

¹ Graduação em Administração (UNOESC)

² Mestre em Educação (UPF). Especialização em Psicopedagogia. Graduação em Pedagogia Orientação Educacional (UNOESC) janes.kohnlein@unoesc.edu.br

possuem tal especialização sentem-se ainda desmotivados e desvalorizados perante a sociedade e governo. A inclusão vem acontecendo de forma natural dentro das escolas, onde as crianças são ensinadas desde pequenas que não devem ter preconceito com seus diferentes, que devem tratar com respeito e igualdade á todos, é dever do professor mediar essa convivência dentro das escolas. Educação é um direito de todos, e ter acesso a rede de ensino também.

Palavras chave: Desafios; Educação; Inclusão; Escola.

ABSTRAC

This article has for its end to present the challenges the school faces for the inclusion of children with special needs on the regular education. Also intends to show the importance of a second teacher inside the classroom and how relevant is for them to have the correct qualification to work on this field. Considering that children with disabilities need support on their daily basis, it is of great significance the monitoring, besides the main teacher, of a second teacher who acts as a stimulator of knowledge for their physical and mental development. The article retrieves some historical facts and laws that prove that it is a right the monitoring whenever is diagnosed any type of the learner disability. It brings to light the difficulties and opinions of teachers, directors and people who work daily with special children, having as a main obstacle the lack of ability and knowledge of the teachers and educational agents that are in charge of such task. Also for those who have such specialization, they still feel unmotivated and devalued before society and government. The inclusion has been occurring naturally within schools, where children are taught from an early age about prejudice, to treat all equally and how to respect differences. It is the teacher obligation to mediate this coexistence inside the schools. Education is a right for everyone and the access to a good educational system as well.

Key Word: Challenges; Education; Inclusion; School.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema de pesquisa a inclusão de crianças com deficiências nas redes de ensino fundamental na cidade de Saudades - SC, verificar como são tratadas e quais as medidas adotadas pela escola e professores para que estas crianças sintam-se acolhidas tanto na escola como na sociedade.

Justifica-se a escolha deste tema como forma de entender como acontecem os processos de inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino fundamental da nossa região.

Visa também conhecer os aspectos de inclusão dentro da escola de ensino fundamental do município de Saudades, ver quais são os meios de ensino utilizados, se os professores que ali trabalham possuem as qualificações necessárias, quais seus métodos de ensino, suas opiniões, sugestões e obstáculos encontrados para atuar na área da educação, e mais especificamente, com crianças que possuem algum tipo de deficiência.

A inclusão social nas escolas é um tema que já vem sendo tratado há anos, e podemos observar os grandes progressos que tivemos ao longo deste período, e verificar também que além disso, ainda a muito a ser feito na rede regular de ensino.

Nesta pesquisa será apresentado um breve histórico de como ocorreram algumas mudanças referente a chegada de crianças com deficiência dentro das escolas de ensino regular, bem como seus principais obstáculos. Será observado também como é feita as adequações e adaptação dos professores e escola, para essa nova realidade, quais as mudanças e ajustes devem ser feitos para que crianças com deficiência sejam envolvidas de forma integral nas atividades da escolas, quais são os maiores desafios encontrados por parte dos professores e escola para conseguir atender da melhor forma possível esse educandos, e como é feito o processo de inclusão dentro da escola e sala de aula com o restante da turma.

A investigação foi feita a partir de um questionário que foi aplicado as professoras e diretora da escola do município de Saudades – SC, foi realizada uma

análise das respostas para podermos compreender melhor como ocorre o processo de inclusão neste município, e quais os desafios encontrados no dia-a-dia.

Na conclusão destaca-se o quão importante é o papel do segundo professor no processo de aprendizagem, adaptando matérias e contribuindo de forma integral para o desenvolvimento físico e mental das crianças com deficiência, auxiliando-os em todas as atividades. Observa-se também o quão importante seria que o segundo professor fosse alguém com formação e qualificação necessárias para atuar nesta área, pois o despreparo foi apontado como maior obstáculo encontrado nessa jornada de inclusão.

ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL

Quando tratamos deste tema de pesquisa se torna importante abordamos as diferentes concepções da pessoa com deficiência no decorrer da história da humanidade. Os deficientes, que são considerados como “diferentes”, foram marcados pela exclusão desde antiguidade até os dias atuais.

A pessoa com deficiência sempre foi considerada como alguém fora dos padrões de normalidade que eram estabelecidos pela sociedade. Muitos termos foram usados para identificar essas pessoas, durante séculos foi usado o termo de retardo mental para diferenciá-los dos outros. Na década de 1960 a pessoa deficiente ou com retardo era reconhecida como “indivíduo excepcional”, significado que se tratava de alguém especialmente talentoso, na tentativa de atribuir um sentido positivo aos indivíduos e superando assim quaisquer tipos de preconceito ao se referir a essas pessoas. Em pouco tempo novas expressões começaram a circular, como por exemplo, pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoa especial ou apenas especial, na tentativa de apagar o sentido da deficiência.

As diferentes formas de nomear podem apenas representar o esconderijo de velhas arapucas a maquiagem valores sociais contraditórios e a encobrir as tensões geradoras de novas formas veladas de exclusão. (PAN, 2008, p.28)

No Brasil, foi na época do Império que começaram a prestar atenção nas pessoas com deficiências, criar instituições para ampara-las, as primeiras criadas foram em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos cegos, que nos dias atuais chama-se Instituto Benjamin Constant – IBC, e em 1857, foi criado o Instituto dos Surdo Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008)

A inclusão escolar passou a ser lei conforme mostra a LDBEN 9.394/96 que:

[...] assegura às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, incluindo o direito à educação. Prevê, entre outras medidas, “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. Essa lei é de suma importância e significa uma grande conquista para as pessoas portadoras de deficiência. (GODOY, 2002, p.64).

Ao analisar-se a história podemos perceber que a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela, intelectual, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também tem integrado esse grupo. A criança ao ser diagnosticada com qualquer tipo de deficiência tem direitos semelhantes às demais. Além disso, os cuidados especiais destinados à elas, principalmente no que diz respeito à educação, é um dever do Estado e um direito previsto em lei.

PRINCIPAIS DESAFIOS DENTRO DA ESCOLA

O número de alunos com deficiência aumentou muito nos últimos anos, no entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis que os amparam e beneficiam ainda deixam um grande contingente de pessoas com deficiência fora da rede regular de ensino.

Sabe-se também que muitos professores não têm formação adequada para desenvolver atividades que atendam as diferenças em sala de aula e que também não dispõem de condições subjetivas para dar conta da classe e, ao mesmo tempo atender uma criança com deficiência, junto com os demais, que, algumas vezes, lhe solicita atenção e perturba o ambiente de sala de aula, se torna algo do registro do impossível para determinado professor.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

É de suma importância termos consciência que a educação inclusiva não se faz apenas por decretos ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, por ser uma construção coletiva requer mobilização, discussão e ação de toda a comunidade escolar.

Vale salientar que não é uma tarefa fácil, mas é preciso ter a capacidade de semear ideias e assim possibilitar a transformação, é necessário também que haja um cuidado por parte do corpo docente em assegurar um ensino de qualidade e acolher esses alunos de modo integral conforme as suas necessidades básicas.

Se a escola e os professores, de um modo geral, trabalharem e lidarem com a inclusão escolar de forma significativa, de certa forma, assegurando uma educação de qualidade aos alunos com necessidades especiais, certamente haveriam mais crianças motivadas a aprender. São nestes momentos que alguns educadores não percebem que algumas atitudes erradas podem conduzir a uma baixa estima dos alunos. É necessário saber agir com cada um deles demonstrando o compromisso de ensinar e acima de tudo respeitando os seus limites e acreditando em suas possibilidades, passando segurança,

auxiliando e ensinando suas responsabilidades, direitos e deveres. Certamente os resultados destas ações serão os mais valorosos que os educadores terão em mãos.

A Secretaria de Estado de Educação/SED, juntamente com a Fundação catarinense de Educação Especial/FCEE, implantaram no ano de 2006 a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, onde fixaram normas para educação especial dentro do estado de Santa Catarina, e por meio da Resolução nº 112/CEE/2006 estabeleceram quais as deficiências, e por quais profissionais serão atendidos cada educando com deficiências, sendo elas:

- I. Intérprete da Libras – disponibilizado aos alunos com surdez usuários da Libras com fluência na Libras.
- II. Professor Bilíngue – disponibilizado aos alunos com surdez usuários da Libras sem fluência na Libras.
- III. Guia Intérprete – disponibilizado para alunos com surdocegueira.
- IV. Segundo Professor de Turma – disponibilizado nas turmas com matrícula e frequência de alunos com diagnóstico de deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e ou deficiência múltipla que apresentem comprometimento significativo nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica. Disponibilizado também nos casos de deficiência física que apresentem sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática.
- V. Instrutor da Libras – disponibilizado para atender os alunos com surdez no atendimento educacional especializado e realizar cursos de formação em Libras para a comunidade.
- VII. Atendimento Educacional Especializado – disponibilizado na rede estadual de ensino, no contra turno, com o objetivo de complementar ou suplementar o processo de aprendizagem dos alunos especificados nesta Lei, não configurando como ensino substitutivo nem como reforço escolar. (SED –Secretaria da Educação- Educação Especial, 2006)

Inicialmente a preferência é para professores formados em curso superior em educação especial, mas como ainda há poucas pessoas com esta habilitação, se não encontrada, as vagas são ocupadas por pessoas formadas em pedagogia, mas a maioria assume turma como professor regente, e assim se não encontrado um professor com nível superior o grau de escolaridade exigido vai diminuindo, chegando a estudantes com a licenciatura em andamento ou só com magistério e em situações mais críticas, chegando a pessoas apenas com o ensino médio concluído, portanto o ensino que era

para ser especializado, visando a inclusão, acaba sendo assistencialismo, não alcançando os objetivos desejados e esperados.

PROFESSORES, ESCOLA E DEFICIÊNCIA

A escola, em toda a sua trajetória histórica não foi pensada para atender a desigualdade. Toda a estrutura e funcionamento da escola regular é mais confortável ao considerar a semelhança do que com a diferença entre os alunos. O número de alunos categorizados como deficientes foi ampliado enormemente nos últimos anos, abrangendo todos aqueles que não demonstram bom aproveitamento escolar.

O aparecimento de novas terminologias contribui para aumentar a confusão entre casos de deficiência e aqueles que apenas apresentam problemas na aprendizagem, que muitas vezes surgem as práticas escolares.

A deficiência coloca em xeque a função primordial da escola comum que é a produção de conhecimento, pois o aluno com deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao “ideal” da escola.

De acordo com Coelho (1999, p.89):

O professor tem a obrigação ética e profissional (para isso inclusive é formado, contratado e constituído como professor) de ensinar aos alunos, o que supõe maior convívio com o saber, com a razão. A ele cabe a produção e a seleção do saber existente em função dos problemas que a prática [...] apresenta, a definição dos conceitos com os quais irá trabalhar, dos métodos de investigação e de ensino, dos programas, da sequência dos conteúdos, do processo de avaliação.

O processo de ensino-aprendizagem do educando com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivências, pois se o educador conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não haverá no ambiente escolar deficiências nem diferenças, mas haverá

uma prática pedagógica diferenciada. Por isto é importante a formação continuada para os professores, para que se tenha um suporte necessário para modificar práticas retrógradas e reconstruir o ato de ensinar e aprender. “A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente (...). A relação social é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança deficiente mental” (Vygotsky, 1989, p.109).

O PROCESSO DE INCLUSÃO

“Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa”. (MANTOAN, 2005, p. 24-26). A autora Maria Teresa Eglér Mantoan, é uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, e crítica convicta das chamadas escolas especiais, a mesma ressalta as grandes lições para professores e alunos, onde a tolerância, respeito e solidariedade são atitudes importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas realmente serão iguais perante a lei.

A inclusão passou a transformar o contexto educacional de modo a possibilitar que todos os educandos tenham o direito ao ensino e que por sua vez seja de qualidade. As diferenças existem em todos os lugares, conseqüentemente dentro das instituições de ensino também, desse modo Celso Antunes (2008, p. 20) argumenta que a inclusão deve apoiar-se em alguns fundamentos, dentre eles pode-se destacar:

Em primeiro lugar, a aceitação de que os seres humanos são essencialmente diferentes e que essas diferenças jamais podem servir de pretexto para estabelecer hierarquia entre melhores e piores, entre certos e errados. Um aluno portador de uma dificuldade especial é certamente diferente de um outro, e como tal poderá apresentar ritmo de aprendizagem desigual, circunstância, entretanto, que não o exclui da aprendizagem, tornando-o apenas diferente como o é [...].

Pessoas com deficiência sentem dificuldade em socializarem-se com os demais, a sociedade por si só já trata de excluí-los de alguma forma, às vezes consciente ou inconscientemente. Portanto, dentro das instituições de ensino principalmente, é dever dos professores realizarem uma mediação eficaz com muito cuidado e zelo para que não haja uma falta de autoconfiança por parte destes alunos. A presença do segundo professor, passa a ser uma das possibilidades de melhorar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência.

O segundo professor tem uma função muito importante dentro da sala de aula, é ele quem acompanha diretamente o educando com deficiência, e detecta suas necessidades, qual a melhor maneira de trabalhar com essa criança e atende-la da melhor forma possível. Segundo a Secretaria do Estado de Santa Catarina - SED/SC, compete ao segundo professor de turma as seguintes atribuições:

- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do(s) professor(es) regente(s) para organizar e ou propor adequações curriculares e procedimentos metodológicos diferenciados, para as atividades pedagógicas planejadas pelo(s) professor(es) regente(s).
- Participar do conselho de classe.
- Participar com o(s) professor(es) regente(s) das orientações (assessorias) prestadas pelo professor do atendimento educacional especializado e pelos profissionais que atuam no atendimento especializado de caráter reabilitatório e ou habilitatório.
- Cumprir a carga horária de trabalho, permanecendo e participando em sala de aula, mesmo na eventual ausência de aluno(s) com deficiência.
- Participar de capacitações na área de educação.
- Auxiliar o(s) professor(es) regente(s) no processo de aprendizagem de todos os alunos.
- Auxiliar o(s) professor(es) regente(s) em todas as disciplinas e nas atividades extraclasse promovidas pela escola.
- Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola.
- Elaborar e inserir o relatório pedagógico descritivo do(s) aluno(s) no devido campo do “Professor On-line”. (BRASIL, 2008)

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A referente pesquisa é de caráter bibliográfico e de campo, com abordagem qualitativa. Segundo Mezzaroba e Monteiro (2014), a pesquisa qualitativa não mede os dados, mas procura entender a natureza das operações. Essa ferramenta privilegia o contexto, a análise dos dados é feita de forma mais global e é relacionada com vários fatores.

A análise dos dados vem para complementar as informações dispostas até o momento, visa detalhar os métodos e como é o dia-a-dia nas escolas das crianças com deficiências.

A seguinte pesquisa foi aplicada no município de Saudades – SC, na escola de ensino fundamental, onde trabalham a diretora e vinte e três professoras, entre os demais colaboradores. Para a entrevista foram selecionadas apenas a diretora da escola, e quatro professoras que trabalham com as crianças com deficiência.

Conforme pesquisa aplicada as professoras e diretora da escola, quando questionadas referente a inclusão e integração das crianças com deficiência na turma, ambas citaram que a mesma é muito boa e tranquila, pois as demais crianças entendem as limitações dos colegas e fazem de tudo para que se sintam a vontade e integradas com o todo, sem deixar suas diferenças intervirem em seus relacionamentos nem demonstrando qualquer tipo de preconceito em relação a elas.

Quanto ao conteúdo aplicado durante as aulas, as crianças com deficiência acompanham o andamento da turma sendo os conteúdos adaptados e ajustados ao decorrer do avanço e desenvolvimento da criança em sua vida escolar, a segunda professora, como são chamadas as professoras que são contratadas para exercer a bidocência, devem fazer o acompanhamento de suas aptidões para sempre motivar o aluno a querer aprender mais, para que não tenham prejuízos dentro das suas potencialidades em relação ao restante da turma e acabem desmotivados. Cada aluno também recebe uma avaliação individual do seu professor, onde o mesmo apresenta de forma descritiva seus avanços, desempenhos, problemas, questões que devem ser melhoradas e trabalhadas com mais ênfase para seu melhor desenvolvimento e

aprendizagem, essa avaliação é conforme as exigências da escola e segue o mesmo modelo de avaliação dos demais alunos.

Hoje, segundo a diretora da escola, não é exigida nenhuma formação na área da educação inclusiva para trabalhar como segunda professora, como mencionou em seu relato “Hoje temos pedagogas atendendo esses alunos e também agentes que estão fazendo licenciatura” (Diretora, 2019).

Algumas das professoras que atuam nesta escola têm formação em pedagogia e alguns cursos complementares na área de educação inclusiva e educação especial, mas há também quem esteja iniciando a sua licenciatura agora, trabalhando na escola como agente educativa, que seria mais uma cuidadora para a criança com deficiência. Das professoras entrevistadas apenas uma tem uma base de conhecimento maior, pois já está atuando nesta área a mais de cinco anos, as demais estão a menos de um ano, e outras iniciando seu trabalho neste mesmo ano.

Para uma melhor educação e desenvolvimento da criança é necessário também que os pais sejam envolvidos no processo de aprendizagem, é muito importante que os pais compareçam as atividades da escola, que tragam seus filhos para o ensino regular, que participem de forma ativa no desenvolvimento de seus filhos, não apenas dos especiais, mas sim de todos, é um gesto muito importante e mostra para criança o quanto os mesmos se importam com seu desenvolvimento como pessoa, como cidadão, o ensino é uma chave fundamental para a construção do caráter de uma criança, combinando educação na escola e em casa é que se faz a diferença na vida delas, e conforme descrito durante os questionários, os pais das nossas crianças se envolvem muito com o ensino dos seus filhos, os trazendo regularmente a escola, auxiliando em suas atividades em casa, demonstrando todo o apoio necessário para seu bom desenvolvimento. “Os pais se envolvem sim, quando trazem o filho ao ensino regular, mostrando interesse e preocupação com o bem estar do filho na escola” (Professora A, 2019).

Foi questionado também a diretora referente as condições de acessibilidade da escola, se as mesmas existem e estão em boas condições de uso. A escola onde foi aplicado tal questionário é nova, construída recentemente e dentro das leis de acessibilidade e adequações para de acordo com as crianças que tem no momento, como o município é pequeno, a taxa de alunos com deficiência ainda não é alta, então foi tudo

feito de acordo com as condições do momento, caso houver novos alunos, com outras limitações, a escola será adaptada a sua nova realidade sempre que necessário. A escola também oferece um ambiente adequado as crianças com deficiência, trabalhando para que sejam incluídas nas turmas de ensino regular juntamente com as outras crianças, no entanto, adaptando suas atividades de acordo com suas limitações, mas sempre as fazendo interagir com o restante da turma.

Para as professoras, foi questionado referente ao processo de inclusão, de que forma elas estavam vendo, ou como estava acontecendo esse processo dentro do ensino regular, “esta acontecendo de modo bem natural, com a aceitação de todos, como os alunos, professores, direção e colaboradores da escola” (Professora B, 2019), na opinião de ambas, o processo está sendo adaptado e vem melhorando a cada ano, e hoje, como todos sabem é um direito previsto em lei que cada criança com algum tipo de deficiência tenha seu próprio professor, além do professor regente da turma, para que o mesmo possa se desenvolver melhor e conseguir acompanhar os demais colegas. A escola também oferece todos os materiais necessários para as atividades e se mostra sempre disposta a melhorar e oferecer o que for preciso para ajudar ainda mais.

Apesar de todos os fatos apresentados acima, ainda existem grandes obstáculos a serem superados na educação inclusiva, o maior deles pelo que pude notar nesta escola em questão, foi a falta de preparo dos professores, onde alguns deles mesmo a citaram, pois não tem a formação e conhecimento necessário para atendê-los da melhor maneira possível, e os que tem a formação não se sentem valorizados. Sem o preparo necessário fica mais difícil atender a todas as necessidades, conhecer as limitações de cada criança leva um certo tempo, o qual seria melhor aproveitado se o professor já tivesse o conhecimento necessário de como lidar com cada tipo de deficiência, o conteúdo seria melhor aplicado e a criança se desenvolveria de maneira mais rápida e produtiva. E quando questionados sobre sugestões de melhoria, foi no mesmo aspecto respondido, precisam de profissionais qualificados para o trabalho, apesar de darem o seu melhor junto a essas crianças, todos estão cientes de que seriam melhor instruídas por pessoas qualificadas e preparadas para essas funções.

No entanto, para que as crianças sintam-se cada vez mais incluídas, que possam fazer parte do ensino regular como uma parte normal de suas vidas, em como de

qualquer outra criança, é necessário que todos conheçam e participem desse processo, que o próprio professor busque entender cada vez mais o sentido da palavra inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o tema deste projeto, podemos verificar que a inclusão está andando para frente, que cada vez mais as pessoas estão se preocupando em trazer igualdade aqueles que a sociedade insistia em excluir e rotular como diferentes. As diferenças existem, temos ciência disso, mas não vai ser por tal motivo que crianças devem ser excluídas do ensino regular ou de levar uma vida o mais normal possível.

A escola já está se preocupando com as condições de ensino e a melhor maneira de atendê-las, ainda não é exigido que o segundo professor tenha uma formação qualificada para exercer tal função, mas acredito que com o tempo, isso se fará necessário, o que aliás, não é nada mais que direito de quem se especializa e de quem necessita desse tipo de acompanhamento que essa vaga seja preenchida por um profissional qualificado.

Buscou-se por meio dessa pesquisa bibliográfica, trazer a tona as condições de ensino de crianças com deficiência no município de Saudades - SC, e como está sendo feita a inclusão das mesmas no ensino regular. Podemos observar, que na escola em questão, as professoras e diretora se preocupam com as condições e com meios de ensino, disponibilizando todo material necessário e adaptações nos conteúdos aplicados para que o educando possa dar o seu melhor e evoluir como pessoa junto aos demais colegas.

No entanto, é de próprio conhecimento dos mesmos que o melhor ainda não está sendo feito, que ainda falta muito para melhorar, e que seriam necessárias mais pessoas especializadas trabalhando nessa área para que o atendimento fosse o correto e pudesse trazer melhores resultados ao educando.

Dessa forma, concluímos que é de suma importância o acompanhamento do segundo professor em sala de aula, assim como do professor regente, e que oportunizar o ensino a crianças com deficiência não é apenas um direito mas também um dever da sociedade, trazer essas crianças para a escola, junto ao ensino regular as tornam mais iguais, e faz com que se sintam parte de algo, e nesse aspecto que o professor faz toda a diferença na vida de um educando, é ele quem abre as portas para o conhecimento. Já esta na hora de vivermos em uma sociedade de iguais, essa convivência deve ser natural, e as diferenças respeitadas.

REFERENCIAS

ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/16997-educacao-especial>>

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/2-uncategorised/28310-atribuicoes-dos-professores-de-educacao-especial>>

COELHO, Ildeu Moreira. **Realidade e utopia na construção da universidade**. 2.ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

GODOY, Herminia Prado. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista**. São Paulo: Editora Mackenzi, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PAN, M.A.G.S. **O direto a diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.